



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 13 (*treze*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 45min. (*oito horas e quarenta e cinco*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 1ª (*primeira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchoa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/5391/2017 – Auto de Infração: 1/201715408. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: MONTEIRO E COSTA COMÉRCIO LTDA. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, dar-lhe provimento, para não acatar a decisão de nulidade exarada em 1ª Instância, e em ato contínuo, **determinar o retorno dos autos à instância singular para novo julgamento**, conforme art. 85 da Lei 15.614/2014. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2293/2018 – Auto de Infração: 1/201723760. Recorrente: LEONARDO NASCIMENTO FERREIRA – ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/1542/2018 – Auto de Infração: 1/201801113. Recorrente: ABREU E COUTINHO LTDA – EPP. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e deliberar nos seguintes termos: **1. Sobre o pedido de nulidade por impedimento do agente autuante, sob alegação de que o agente fiscal estava de férias no período da lavratura do auto de infração** – Afastado, uma vez que, em consulta ao Sistema Corporativo da Sefaz, constatou-se que o agente do Fisco somente passou a usufruir férias no dia 27/01/2018, portanto, posterior a lavratura e ciência do Auto de Infração. **2. Quanto a arguição**

de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que os relatórios da fiscalização não foram entregues ao contribuinte e que a comparação para se chegar a conclusão apontada pelo autuante, deve ser feita entre documentos fiscais e não entre informações prestadas ao Fisco em meio magnético – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que consta dos autos comprovação de que o contribuinte recebeu tais relatórios. Quanto ao argumento de que a comparação foi feita entre arquivos magnéticos, essa é a forma correta, considerando que a EFD substituiu a escrituração e impressão dos livros fiscais previstos na legislação do ICMS, conforme disposições contidas nos art. 276-A a 276-H, do Decreto nº 24.569/97, acrescentado pelo Decreto nº 29.041/2007. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar parcial provimento ao Recurso interposto, para modificar em parte a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcial procedente** o feito fiscal, em razão da alteração no valor da base de cálculo. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/1538/2018 – Auto de Infração: 1/201801115. Recorrente: ABREU E COUTINHO LTDA – EPP. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO MARCUS MOTA DE PAULA CAVALCANTE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e deliberar nos seguintes termos: **1. Sobre o pedido de nulidade por impedimento do agente autuante, sob alegação de que o agente fiscal estava de férias no período da lavratura do auto de infração** – Afastado, uma vez que, em consulta ao Sistema Corporativo da Sefaz, constatou-se que o agente do Fisco somente passou a usufruir férias no dia 27/01/2018, portanto, posterior a lavratura e ciência do Auto de Infração. **2. Quanto a arguição de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que os relatórios da fiscalização não foram entregues ao contribuinte e que a comparação para se chegar a conclusão apontada pelo autuante, deve ser feita entre documentos fiscais e não entre informações prestadas ao Fisco em meio magnético** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que consta dos autos comprovação de que o contribuinte recebeu tais relatórios. Quanto ao argumento de que a comparação foi feita entre arquivos magnéticos, essa é a forma correta, considerando que a EFD substituiu a escrituração e impressão dos livros fiscais previstos na legislação do ICMS, conforme disposições contidas nos art. 276-A a 276-H, do Decreto nº 24.569/97, acrescentado pelo Decreto nº 29.041/2007. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar-lhe provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória**, aplicando entretanto, a penalidade do art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, por ser específica ao caso, limitado ao valor lançado no Auto de Infração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Compareceu a esta sessão, na condição de ouvinte, a Conselheira Suplente, Dra. Lúcia de Fátima Dantas Muniz e a Assessora Técnica, Dra. Ana Paula Figueiredo Porto. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 14 de julho do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA